

INTERAÇÕES ENTRE A DIMENSÃO URBANO-REGIONAL E A ESTRUTURA OCUPACIONAL NAS METRÓPOLES DO NORDESTE BRASILEIRO

INTERACTIONS LINKING THE URBAN-REGIONAL DIMENSION AND THE OCCUPATIONAL STRUCTURE IN BRAZIL'S NORTHEAST METROPOLITAN AREAS

Hipólita Siqueira^(*)
Josiane Fachini Falvo^(**)

RESUMO

O objetivo deste artigo é destacar a importância de se incorporar a dimensão urbano-regional nas análises de mercado de trabalho. De modo mais específico, analisar as características da frágil rede urbana comandada pelas metrópoles nordestinas e sua relação com a precariedade das ocupações geradas nestes mercados de trabalho, com atenção especial ao setor de serviços. Tem-se como principal referência o contraste entre áreas metropolitanas (Salvador, Fortaleza e Recife) e o Interior de suas UFs. As principais bases de dados são os Censos Demográficos (1980, 1991 e 2000) e as PNADs (1982, 1995 e 2005).

Palavras-chave: estrutura ocupacional, mercado de trabalho urbano e rede urbana.

ABSTRACT

This paper aims to highlight the relevance of the urban-regional dimension in the analysis of the labor market. Specifically, the purpose is to analyze the weak urban system which is evident in the Brazilian Northeast metropolis and the connection with the occupational precariousness in their labor markets. Special attention is given to the service occupations and the contrast between the three main Northeast metropolitan areas (Salvador, Fortaleza and Recife) and the other areas of their states. The data was collected from the Demographic Census (1980, 1991 and 2000) and the PNADs (1982, 1995 and 2005).

Key words: occupational structure, urban labor market and urban system.

(*) Doutoranda do programa de pós-graduação em Desenvolvimento Econômico no Instituto de Economia da Universidade Estadual de Campinas (Unicamp), e-mail: hipolita@eco.unicamp.br.

(**) Doutoranda do programa de pós-graduação em Desenvolvimento Econômico no Instituto de Economia da Universidade Estadual de Campinas (Unicamp), e-mail: josiane@eco.unicamp.br.

INTRODUÇÃO

Os impactos do pífio desempenho econômico brasileiro a partir da década de 1980 foram extremamente negativos para o mercado de trabalho nacional. Na década de 1990, em especial, as transformações disseminadas pela adoção de políticas econômicas de viés neoliberal resultaram em grande aumento do desemprego acompanhado de aumento da informalidade por conta da política de estabilização inflacionária, das elevadas taxas de juro, das privatizações, das estratégias empresariais de redução de custos via introdução de inovações tecnológicas e organizacionais, etc. Tais mudanças levaram a uma precarização das relações e das condições de trabalho que, de modo geral, se contrapuseram às tendências de “estruturação” do mercado de trabalho observadas nas décadas anteriores de maior crescimento econômico.

Em termos setoriais, os efeitos negativos desta dinâmica econômica ocorreram, principalmente, com a drástica redução do emprego nas atividades agrícola e industrial e a expansão das ocupações no setor terciário. Desta forma, contribuindo para aumentar a informalidade das ocupações, tendo em vista o crescimento da participação do trabalho por conta própria e do emprego sem carteira de trabalho assinada no total dos ocupados. Além do trabalho em serviços domésticos, as possibilidades de se encontrar emprego nas áreas urbanas estiveram, em sua maioria, relacionadas a este tipo de ocupação (PRONI; HENRIQUE, 2003).

Os mercados metropolitanos de trabalho foram os mais afetados por estas mudanças, sendo, portanto, espaços relevantes para o estudo das transformações aqui destacadas. Possuem estruturas produtivas mais densas e diversificadas em relação aos demais tipos urbanos, tendo dinâmica econômica determinada por uma multiplicidade de fatores que vão desde as demandas derivadas do tamanho da população até economias de aglomeração e externalidades aí presentes. Conseqüentemente, conformam mercados de trabalho diferenciados, nos quais a própria estrutura do emprego reflete a heterogeneidade urbano-metropolitana. Ao mesmo tempo, riquezas novas e estoques de capitais obsoletos aí são gerados, o que possibilita a exploração destes recursos por classes socialmente distintas, atraindo fluxos migratórios de outras cidades/regiões de modo a agravar/recriar formas de desigualdade social.

Apesar da precarização do mercado de trabalho ter ocorrido de modo generalizado no país, podem ser observadas algumas especificidades urbano-regionais tendo em vista os elevados desequilíbrios (econômico, social etc.) entre as regiões brasileiras. A Região Metropolitana de São Paulo, por apresentar a estrutura produtiva mais diversificada e complexa do país, indica os sinais mais fortes da interrupção da trajetória de estruturação do mercado de trabalho que vinha sendo percorrida no âmbito da implementação dos planos nacionais de desenvolvimento. Por outro lado, as áreas metropolitanas das regiões menos desenvolvidas, Norte e Nordeste acentuaram ainda mais a fragilidade de seus mercados de trabalho já bastante precarizados.

Além dos determinantes macroeconômicos, que, por conta das grandes heterogeneidades regionais brasileiras, impactam de modo distinto os mercados de trabalho, existe uma gama variada de mediações entre as dinâmicas urbano-regionais e o desempenho do

emprego/ocupações. Em grande parte, estão relacionadas ao modo como se explicitam espacialmente as questões estruturais não resolvidas pelo país, como, por exemplo, a questão fundiária e as grandes desigualdades econômicas regionais. Estas questões foram, de certa forma, “minimizadas” durante os anos de maior crescimento econômico e pela implementação dos grandes projetos de investimento nas regiões periféricas sob uma perspectiva de desconcentração das atividades econômicas, porém, extremamente seletivos em termos regionais e setoriais.

De modo geral, o objetivo deste artigo é o de ressaltar a importância de se incorporar a análise da dimensão urbano-regional no estudo das estruturas ocupacionais dos mercados de trabalho urbano. Especificamente, mostrar como a precariedade das ocupações geradas nas metrópoles da Região Nordeste também está relacionada às deficiências da sua rede urbana. Tem-se como principal referência o contraste entre as metrópoles de Salvador, Fortaleza e Recife e o Interior das UFs às quais pertencem. Na próxima seção, faz-se inicialmente uma breve revisão teórica buscando identificar as interações entre a dimensão urbano-regional e as estruturas de ocupação. Na seção seguinte, é feita uma caracterização da rede urbana com base na distribuição dos municípios segundo o número de habitantes extraídos dos Censos Demográficos do IBGE (1970, 1980, 1991 e 2000). Posteriormente, são analisadas informações das PNADs (1982, 1995 e 2005) identificando as principais características das ocupações geradas nestas regiões, com atenção especial ao setor de serviços. Por fim, seguem as considerações finais do trabalho.

AS INTERAÇÕES ENTRE A DIMENSÃO URBANO-REGIONAL E A FORMAÇÃO DOS MERCADOS DE TRABALHO

Segundo *Lojkine*, o papel da urbanização no capitalismo ocupa lugar tão importante quanto a mecanização do trabalho nas unidades produtivas. A cidade permite a socialização das condições necessárias à reprodução das forças capitalistas, quais sejam meios de produção e reprodução do capital e da força de trabalho e meios de consumo coletivos e de circulação. Sendo que a cooperação que se estende da aglomeração de trabalhadores e das operações técnicas no interior das unidades produtivas para a aglomeração de distintas fases do processo de produção no interior da sociedade é o elo de ligação entre o espaço urbano e os meios de socialização de consumo e circulação.

Este autor ressalta a tendência do capitalismo de reduzir o tempo de produção e de circulação do capital como elemento crucial na relação estabelecida entre aglomeração urbana e o processo de acumulação. Atenção especial é dada à concentração espacial dos meios de consumo coletivos (serviços de transporte, ensino, saúde, alimentação etc.), cuja função social é “tornar possível o consumo”, criando “modos de vida” e novas necessidades sociais. A cidade seria efeito direto da necessidade de “acelerar a velocidade de rotação” e de aumentar o período de valorização do capital. Assim, argumenta sobre a especificidade da cidade capitalista,

“(…) a aglomeração da população, dos instrumentos de produção, do capital, dos prazeres e das necessidades — em outras palavras a cidade não é de modo algum um

fenômeno autônomo sujeito a leis de desenvolvimento totalmente distintas das leis da acumulação capitalista: não se pode dissociá-la da tendência que o capital tem a aumentar a produtividade do trabalho pela socialização das condições gerais da produção — das quais a urbanização (...) é componente essencial” (LOJKINE, 1981:137).

Nesta mesma linha, e partindo da premissa de que a separação entre o campo e a cidade é a primeira divisão social do trabalho a ser considerada, *Faria* estabelece uma dupla perspectiva de análise para a relação entre esta divisão e o processo de urbanização capitalista: de um lado, a aglomeração urbana dos meios de produção e consumo e, de outro lado, a especialização de cidades e regiões em ramos e setores produtivos. A partir daí, o processo de urbanização seria determinado pelas necessidades de (des)mobilizar e de (re)produzir a força de trabalho e pela (des)concentração regional de atividades e funções.

A área metropolitana por ser *locus* privilegiado de acumulação capitalista é espaço de grande importância para a análise dos processos que atuam no funcionamento dos mercados de trabalho. A constituição de uma área metropolitana implica numa amplificação dos processos de diversificação produtiva e de diferenciação social que estruturam o urbano em geral (BRANDÃO, 2006). A concentração da população e das atividades econômicas nestes espaços exige a reformulação das infra-estruturas físicas e sociais, requer ainda investimentos em obras públicas de transporte e comunicação, serviços sociais e administrativos etc., que, por sua vez, também atuam na (re)organização espacial e na estratificação social. As possibilidades de trabalho, de captação de rendas e de acesso a serviços sociais que aí se constituem são fortes atrativos de populações de outras cidades/regiões/países para estas áreas, agravando/recriando formas de desigualdade social no interior destes espaços.

A complexidade dos espaços metropolitanos, segundo *Santos*, ocorre pela ação de processos de modernização, involução e segmentação. Nos dois primeiros, o autor se refere ao fato de que a metrópole não significa apenas modernidade em oposição às atividades rurais, mas também concentração de grande número de pobres e de trabalhadores mal pagos e de alta rotatividade, especialmente em países subdesenvolvidos. Apesar disto, a metrópole está sempre alentando expectativas de encontrar alguma ocupação. Esta involução está, por sua vez, correlacionada à segmentação da economia urbana marcada pela presença simultânea de vários tipos de capital e de trabalho. A existência de atividades com diversos níveis de capitalização, organização e tecnologia cria diferentes oportunidades de trabalho e de captação de rendas, inclusive para os estratos que estão na base da estrutura social. Deste modo, *Santos* enfatiza a formação de estoques de capital obsoleto nas metrópoles e sua importância na atração de pobres recriando as condições para a utilização deste “velho econômico”.

A competição que se estabelece entre as diversas frações de capital, entre capital e trabalho se desdobra numa dinâmica de competição pelo uso do espaço urbano (moradia, valorização especulativa etc.). Porém, a resistência às transformações também é um elemento revelador de sua complexidade, pois o ambiente construído é dotado de grande inércia. Historicamente, parte importante dos conflitos sociais é constituída pela disputa em torno da apropriação de espaços e da resistência frente a transformações socio-espaciais.

No que se refere ao mercado de trabalho, estas disputas estruturam-se numa trama complexa que envolve movimentos migratórios, segmentação, distribuição de renda, estruturas produtiva e de consumo, padrões salariais, regulamentação jurídico-institucional, ação dos sindicatos e dos movimentos sociais etc. De modo geral, permeada pelos conflitos estabelecidos no âmbito da produção social do espaço e do processo histórico de separação entre o local de moradia e o local de trabalho. Ao mesmo tempo, alterações nas economias urbanas são produzidas pelas mudanças que ocorrem nos mercados de trabalho como, por exemplo, mudanças na composição das estruturas ocupacionais e nas estruturas salariais. De acordo com *Scott*, a própria relação de emprego, objeto de constante reconstrução por meio da ação política dos agentes nela envolvidos, tem desdobramentos na organização interna do mercado local de trabalho. Os mercados de trabalho urbano estabelecem ligações entre os principais espaços das cidades: de produção social e da circulação.

A dimensão espacial na análise do mercado de trabalho é também apresentada em *Offe*. Segundo o autor esta é a “única variável” que possibilita ao trabalhador, individualmente, melhorar sua posição estratégica no mercado.

“Conseqüentemente, as reações adaptativas historicamente mais importantes da força de trabalho na ausência de assistência pública ocorreram na dimensão espacial, através dos movimentos como a emigração, a urbanização e as viagens diárias até o local de trabalho muito distante de casa. Mas é óbvio que, mesmo em processos de adaptação espaciais, que representam a única dimensão na qual o lado da oferta no mercado de trabalho pode empregar estratégias autônomas contra o lado da demanda, o trabalhador é obrigado a se sacrificar. Isto se torna claro não só na destruição de relações familiares e sociais locais, mas também nos riscos específicos do empobrecimento ou de marginalização” (OFFE, 1985, p. 31).

Porém, é necessário enfatizar que, em grande medida, estas mudanças são determinadas por processos “extra” mercado de trabalho, que estão no plano mais geral das economias nacionais e nas esferas da regulamentação jurídico-institucional que rege a contratação e a dispensa da mão-de-obra.

REDE URBANA E METRÓPOLES NORDESTINAS

A rede urbana por ser, simultaneamente, reflexo e condição social, está sujeita a transformações constantes ensejando diferentes espaço-temporalidades no contexto dos territórios nacionais. A conformação da rede urbana brasileira mais recente ocorreu ao longo do processo de industrialização e integração do mercado nacional, ensejando distintas dinâmicas regionais.

Segundo *Egler*, a urbanização no Brasil apresenta um ritmo extremamente dinâmico, diferentemente dos demais países latino-americanos com distribuição urbana mais estabilizada e elevado índice de primazia urbana. A diferenciação do Brasil ocorre, em grande parte, por conta de dois processos articulados: concentração populacional nas metrópoles

e expansão e adensamento da estrutura urbana, tanto em áreas de povoamento consolidado como na fronteira de recursos naturais. Porém, este processo foi marcado pela ocorrência de intensos fluxos migratórios (rural-urbano; urbano-urbano), em decorrência das elevadas desigualdades econômicas intra e inter-regionais presentes no país.

Na Região Nordeste existe uma maior concentração das áreas urbanas no litoral. Nas últimas décadas, suas principais áreas metropolitanas (Salvador, Recife e Fortaleza⁽¹⁾) passaram por um processo de adensamento populacional significativo, apesar de se tratar de uma região reconhecidamente expulsora de população para o Sudeste do país. Segundo estudo do IPEA/IBGE/IE-Unicamp-Nesur (1999), a rede urbana nordestina é caracterizada por frágil organização em termos de distribuição da população e da oferta de bens e serviços. Neste sentido, se diferenciam de outras regiões do Centro-Sul brasileiro que seguiram a tendência de crescimento das metrópoles acompanhada por expansão e adensamento da estrutura urbana. Tal fragilidade se expressa na concentração da população nas metrópoles/capitais e pela baixa capacidade dos núcleos inferiores na hierarquia da rede de cidades de reter população e minimizar a pressão dos fluxos migratórios sobre as áreas metropolitanas. Dada a concentração de infra-estrutura urbana, da oferta de serviços coletivos, sociais, de apoio à produção e das oportunidades de trabalho e de captação de renda, tais metrópoles também polarizam área de influência que extrapola os limites de suas UFs e apresentam grande primazia sobre os demais centros urbanos regionais.

A integração do mercado nacional e a homogeneização das relações capitalistas de produção no território brasileiro, num contexto de concentração na Região Sudeste do processo de industrialização, de abertura de novas fronteiras agrícolas nas Regiões Centro-Oeste e Norte, do êxodo rural causado pelas péssimas condições de sobrevivência nas atividades agrícolas, matizadas pelas “heranças históricas” dos complexos primário-exportadores, foram determinantes para a constituição desta frágil rede urbana. A partir do final dos anos 1960, a Região Nordeste foi receptora de um certo número de investimentos no âmbito dos grandes projetos de desenvolvimento nacional os quais contribuíram para a modernização de sua estrutura produtiva. Porém, o fato de que estes foram extremamente seletivos em termos setoriais e regionais não alterou de modo significativo a sua inserção na estrutura produtiva nacional. Permanecem ainda nesta região elevada concentração da propriedade e a manutenção de condições de extrema pobreza nas zonas rurais. Segundo *Araújo*, mesmo com o aumento do dinamismo e diversificação das atividades econômicas com a atração de empreendimentos modernos para o campo e para algumas cidades nordestinas, “a questão fundiária permanece intocada”. A questão da migração para outras regiões como “válvula de escape” de uma situação de extrema pobreza nas áreas rurais, por sua vez, foi agravada por conta do baixo crescimento econômico nacional nas duas últimas décadas. Com isso, os fluxos migratórios passaram a se intensificar não só no sentido das metrópoles da própria região, mas também de pequenas e médias cidades, aí gerando problemas característicos das grandes cidades como, por exemplo, a favelização. Esta autora

(1) Apesar da institucionalização mais recente de outras capitais nordestinas, apenas Fortaleza, Recife e Salvador apresentam características que mais correspondem ao urbano-metropolitano.

chama a atenção para o fato de que a questão social nas zonas rurais ainda continua sendo de extrema gravidade.

A esta configuração do campo e da rede urbana se sobrepõe uma estrutura produtiva marcada pela concentração dos segmentos de maior valor agregado e de complexidade tecnológica nas três metrópoles. Impulsionados por incentivos fiscais e financeiros no âmbito dos grandes projetos que caracterizaram a industrialização brasileira, os empreendimentos que aí se instalaram alteraram o perfil da indústria nordestina, o que implicou na convivência de modernas estruturas industriais com tradicionais cultivos agrícolas.

Tendo como base estas características mais gerais da Região Nordeste, busca-se a seguir ressaltar as diferenças entre a rede urbana comandada por estas regiões metropolitanas, tendo como referência o contraste Interior da UF *vs* Metrópole, e sua contribuição para a análise das conformações das estruturas ocupacionais.

CEARÁ

Nas décadas de 1970 e 1980, a taxa de crescimento da população do Ceará foi menor do que a média nacional (Tabela 1). Porém, a RM de Fortaleza cresceu a taxas superiores à nacional e à das demais cidades do Ceará, com destaque para os municípios metropolitanos de Caucaia, Fortaleza e Maranguape nos anos 1970 e para Caucaia e Pacatuba nos anos 1980. O crescimento superior da RM de Fortaleza em relação aos demais municípios da UF também se repetiu nos anos 1990. Neste período foram incorporados seis municípios à sua dinâmica populacional, refletindo a expansão de sua mancha urbana. Dois destes municípios, Horizonte e Eusébio, apresentaram taxas anuais bem superiores à taxa metropolitana.

O fato de a RM de Fortaleza ter crescido mais do que o Interior da UF, ainda que num ritmo inferior ao da década de 1970, destoa da tendência nacional mais recente em que é observado menor crescimento populacional das regiões metropolitanas em relação às demais regiões. Em todo o período analisado, o município da capital apresentou crescimento superior à região do Interior da UF, crescendo a uma taxa pouco superior à metropolitana nos anos 1970 e um pouco inferior nas décadas seguintes. Demonstrando, assim, a manutenção da função desta RM e de seu município-pólo no que se refere à atração da população do Interior cearense e nordestino em geral.

Tabela 1
Taxa de crescimento anual, Brasil e Estado do Ceará
(RM Fortaleza e UF exceto RM), 1980/70, 1991/80 e 2000/91

Regiões	1980/70	1991/80	2000/1991
Brasil	2,5	1,9	1,6
Estado do Ceará	2,0	1,7	1,7
RM Fortaleza	4,2	3,4	2,4
Aquiraz	3,3	0,2	3,0
Caucaia	5,6	5,2	4,7
Chorozinho	-	-	2,1
Eusébio	-	-	4,9
Fortaleza	4,3	2,8	2,2
Guaiúba	-	-	1,4
Horizonte	-	-	7,1
Itaitinga	-	-	-
Maracanaú	-	-	1,5
Maranguape	4,3	-2,1	2,3
Pacajus	3,5	-3,5	3,7
Pacatuba	2,8	3,3	-1,7
São Gonçalo do Amarante	1,6	1,6	2,2
Ceará exceto RM Fortaleza	1,1	0,8	1,3

Fonte: IBGE, Censos Demográficos 1970, 1980, 1991 e 2000.

Apesar do fato de que 72% da população cearense vivia em áreas urbanas em 2000, cerca de 60% da população total ainda residia em municípios com até 100 mil habitantes, os quais concentravam quase 100% da população rural e do total de municípios cearenses (Tabela 2). Por outro lado, apenas 1 município com população de mais de 1 milhão de habitantes (Fortaleza) concentra cerca de um terço da população total e de 40% da população urbana estadual. Se comparada aos anos 1980 e 1991 não ocorreram mudanças significativas no que se refere à redistribuição interna da população estadual.

Além da acentuada concentração da população na área metropolitana, a fragilidade da rede urbana cearense também pode ser indicada pela reduzida importância dos municípios com porte intermediário. Embora tenha aumentado a proporção da população total nos municípios com porte intermediário ao longo do período analisado, esta UF registrou em 2000 somente 4 municípios com população entre 100-250 mil habitantes (Crato, Juazeiro do Norte e Sobral no Interior; e Maracanaú na RM Fortaleza); e 1 município da RM com população entre 250-500 mil habitantes (Caucaia — 250.479 habitantes), juntos estes têm participação relativa de 15% da população urbana do Ceará.

Tabela 2
Estado do Ceará: Distribuição da população segundo tamanho dos Municípios,
1980, 1991 e 2000

Grupos de municípios, segundo número de habitantes	1980 % Pop total	1991 % Pop total
Até 20 mil	13	19
20-50 mil	36	29
50-100 mil	19	14
100-250 mil	7	10
250-500 mil	-	-
500 mil-1 milhão	-	-
mais de 1 milhão	25	28
Total	100	100
Pop Urbana/Pop Total		

Fonte: IBGE, Censos Demográficos 1980, 1991 e 2000.

BAHIA

A taxa de crescimento populacional da Bahia foi semelhante à nacional nos anos 1970, sendo que a metrópole de Salvador chegou a representar quase o dobro da média nacional, com os municípios de Lauro de Freitas e Camaçari crescendo à taxa anual de mais de 10% (Tabela 3). Vale lembrar que, neste período, Camaçari recebeu importante volume de investimentos que culminaram com a formação do pólo petroquímico e que Lauro de Freitas se destaca por concentrar as moradias dos segmentos da população de renda mais elevada. Por outro lado, o crescimento do Interior da UF foi bem inferior à média da RM. Nos anos 1980, a Bahia acompanha a redução do crescimento populacional nacional, porém sua taxa anual fica um pouco acima da nacional e repete o movimento anterior de crescimento da metrópole superior ao da região do Interior baiano. Porém, houve uma redução drástica do crescimento de municípios metropolitanos que apresentaram taxas bastante elevadas nos anos anteriores como Camaçari e Lauro de Freitas.

Nos anos 1990, há uma redução do ritmo de crescimento da população baiana, porém, mantendo a tendência de crescimento superior da metrópole em relação ao interior baiano. Foram incorporados apenas dois municípios à dinâmica metropolitana, sendo que um deles, Dias d'Ávila, foi um dos municípios metropolitanos de maior taxa de crescimento anual. Camaçari voltou a crescer a taxas elevadas e Lauro de Freitas, embora com uma taxa ligeiramente inferior à da década anterior, manteve taxas elevadas representando mais do que o dobro da taxa de crescimento metropolitano.

Tabela 3
Taxa de crescimento anual, Brasil e Estado da Bahia (RM Salvador e UF exceto RM), 1980/70, 1991/80 e 2000/91

Regiões	1980/70	1991/80	2000/1991
Brasil	2,5	1,9	1,6
Estado da Bahia	2,4	2,1	1,1
RM Salvador	4,4	3,2	2,1
Camaçari	10,4	2,2	4,0
Candeias	4,7	2,1	1,4
Dias d'Ávila	-	-	4,2
Itaparica	2,6	3,0	2,6
Lauro de Freitas	13,5	6,3	5,6
Madre de Deus	-	-	3,1
Salvador	4,1	3,0	1,8
São Francisco do Conde	-1,5	1,2	3,0
Simões Filho	7,1	4,7	2,9
Vera Cruz	1,4	4,4	3,3
Bahia exceto RM Salvador	1,9	1,8	0,8

Fonte: IBGE, Censos Demográficos 1970, 1980, 1991 e 2000.

Como contrapartida desta dinâmica de crescimento, a Bahia apresentou em 2000 um percentual de 67% de sua população em áreas urbanas, sendo que 60% da população total vivia em municípios com porte de até 100 mil habitantes (Tabela 4). Ao mesmo tempo, estes municípios, principalmente aqueles com até 50 mil habitantes, também foram responsáveis por cerca de 90% da população rural baiana.

Por outro lado, cerca de um terço da população urbana e 20% da população total desta UF concentrava-se apenas em 1 município (Salvador) com mais de 1 milhão de habitantes. Em relação aos anos 1980 e 1991, não ocorreram grandes mudanças nestes percentuais. Apesar de estes serem percentuais bem elevados, a primazia da RM Salvador na rede urbana da Bahia é inferior à do Ceará.

Também no que se refere às posições intermediárias, esta se diferencia um pouco do Ceará, pois em 2000 apresentava mais municípios com população entre 100-250 mil habitantes (Alagoinhas, Barreiras, Ilhéus, Itabuna, Jequié, Juazeiro e Teixeira de Freitas no Interior; e Lauro de Freitas e Camaçari na RM), com 11% da população total e 14% da população urbana; e mais municípios com população entre 250-500 mil habitantes (Feira de Santana e Vitória da Conquista no interior baiano), com 6% da população total e 7% da população urbana da UF. Assim como no Ceará, não registrou nenhum município com porte de 500 mil - 1 milhão de habitantes.

Tabela 4
Estado da Bahia: Distribuição da população segundo tamanho dos Municípios, 1980, 1991 e 2000

Grupos de Municípios, segundo número de habitantes	1980	1991	2000			
	% Pop total	% Pop total	N. Municípios	% Pop total	% Pop Urb/Urb total	% Pop Rur/Rur total
Até 20 mil	26	27	253	24	15	42
20-50 mil	35	29	124	27	22	39
50-100 mil	12	13	26	13	14	12
100-250 mil	9	10	9	11	14	4
250-500 mil	3	3	2	6	7	2
500 mil-1 milhão	-	-	-	-	-	-
mais de 1 milhão	16	17	1	19	28	0
Total	100	100	415	100	100	100
Pop Urbana/Pop Total				67%		

Fonte: IBGE, Censos Demográficos 1980, 1991 e 2000.

PERNAMBUCO

Diferentemente do Ceará e da Bahia, as taxas anuais de crescimento da população de Pernambuco vêm sendo inferiores às taxas nacionais desde os anos 1970 (Tabela 5). A população da RM de Recife, neste período, cresce a taxas anuais superiores à da UF exceto RM, mas, mesmo assim, foram taxas inferiores às taxas nacionais.

Na década de 1990, assim como no Estado da Bahia, poucos municípios foram incorporados à área metropolitana e dentre os 13 municípios que a compõem, apenas 4 cresceram abaixo da taxa metropolitana.

Tabela 5
Taxa de crescimento anual, Brasil e Estado de Pernambuco
(RM Recife e UF exceto RM), 1980/70, 1991/80 e 2000/91

Regiões	1980/70	1991/80	2000/1991
Brasil	2,5	1,9	1,6
Pernambuco	1,8	1,4	1,2
RM Recife	2,7	1,6	1,5
Araçoiaba	-	-	-
Cabo de Santo Agostinho	3,2	1,8	2,1
Camaragibe	-	-	2,9
Igarassu	2,9	0,8	0,3
Ipojuca	1,0	1,3	3,0
Itamaracá	1,5	3,2	3,5
Itapissuma	-	-	2,3
Jaboatão dos Guararapes	5,1	3,6	2,0
Moreno	1,1	1,0	2,6
Olinda	3,7	1,8	0,8
Paulista	9,0	2,2	2,4
Recife	1,3	0,7	1,0
São Lourenço da Mata	4,4	-4,6	0,6
Pernambuco exceto RM Recife	1,2	1,2	1,0

Fonte: IBGE, Censos Demográficos 1970, 1980, 1991 e 2000.

Em 2000, Pernambuco registrou maior percentual de sua população em áreas urbanas em comparação com Bahia e Ceará (Tabela 6). Cerca de 50% da população pernambucana estava concentrada nos municípios com porte de até 100 mil habitantes que também foram responsáveis por 92% da população rural estadual. No lado oposto desta distribuição, 1 município (Recife) concentra 18% da população total e 23% da população urbana. Ainda que ligeiramente inferiores em relação às redes urbanas cearense e baiana, são percentuais bem elevados.

Pernambuco também se diferencia por apresentar maior proporção relativa de sua população nas posições intermediárias da sua rede urbana. Em 2000, possuía 5 municípios do grupo de 100-250 mil habitantes (Cabo de Santo Agostinho e Camaragibe na RM e Garanhuns, Petrolina e Vitória de Santo Antão no Interior); 3 no grupo de 250-500 mil (Caruaru no interior e Olinda e Paulista na RM); e 1 no grupo de 500 mil-1 milhão (Jaboatão dos Guararapes na RM). Estes concentravam, respectivamente, 9%, 11% e 7% da população total e 10%, 14% e 9% da população urbana. No entanto, com exceção de apenas 3 municípios, a maior parte deles faz parte da RM.

Tabela 6
Pernambuco: Distribuição da população segundo tamanho dos Municípios, 1980, 1991 e 2000

Grupos de Municípios, segundo número de habitantes	1980	1991	2000			
	% Pop total	% Pop total	N. Municípios	% Pop total	% Pop Urb/Urb total	% Pop Rur/Rur total
Até 20 mil	18	15	93	15	9	33
20-50 mil	26	24	61	22	17	42
50-100 mil	15	18	21	17	17	17
100-250 mil	11	13	5	9	10	6
250-500 mil	10	12	3	11	14	2
500 mil-1 milhão	-	-	1	7	9	1
mais de 1 milhão	20	18	1	18	23	-
Total	100	100	185	100	100	100
Pop Urbana/Pop Total				76%		

Fonte: IBGE, Censos Demográficos 1980, 1991 e 2000.

Apesar de algumas diferenças entre as redes urbanas comandadas pelas três principais metrópoles nordestinas, estas se diferenciam das redes urbanas mais consolidadas do país, sobretudo, tendo como referência a mais avançada, a do Estado de São Paulo. Embora, assim como observado nas UF's nordestinas aqui analisadas, haja uma concentração significativa da população nos municípios de maior porte (no caso paulista, com mais de 2 milhões de habitantes), o principal diferencial está nas posições intermediárias. Em 2000, havia 40 municípios com 100-250 mil habitantes, 14 com 250-500 mil habitantes e 7 com entre 500-2 milhões de habitantes na rede urbana paulista, refletindo um crescimento e fortalecimento de centros urbanos com porte e infra-estrutura significativos no interior desta UF, com destaque para a formação de mais duas áreas metropolitanas (Campinas e Baixada Santista), além da RM de São Paulo.

Em síntese, a análise da rede urbana polarizada pelas metrópoles nordestinas mostra fraca dispersão da urbanização no território de suas UF's. As cidades de porte intermediário que aí se formaram, embora dotadas de certa infra-estrutura econômica e de serviços urbanos, como no caso de Feira de Santana, Barreiras, Petrolina, Juazeiro, Sobral e Caruaru não se constituem como pólos urbanos regionais capazes de assegurar opções de emprego e renda frente às extremas condições de pobreza das zonas rurais. O que reforça ainda mais a função de "válvula de escape" das metrópoles. Neste sentido, representam o urbano mais forte e complexo que comanda uma rede urbana bastante débil.

Na seção seguinte, observa-se como a não constituição de uma rede urbana mais robusta capaz de conter fluxos migratórios no sentido das metrópoles se reflete em algumas características ocupacionais de seus mercados de trabalho.

O CONTRASTE INTERIOR *vs* METRÓPOLE NA ESTRUTURA DAS OCUPAÇÕES

A primazia urbana das metrópoles nordestinas se reflete na concentração de grande parcela do PIB e da PEA de suas UFs. Os percentuais de concentração dos PIBs estaduais representam mais de 60% nestas metrópoles⁽²⁾. As RMs Fortaleza e Recife concentram cerca de 40% da PEA de seus respectivos Estados. O percentual da RM Salvador, porém, é um pouco inferior, 30%, o que, em parte, pode ser explicado pelo fato de possuir um número maior de cidades de porte intermediário no Interior Baiano. O mesmo pode ser observado no que se refere à População Desocupada (PD). Neste caso, chama a atenção o significativo aumento dos percentuais nas metrópoles se comparadas ao Interior de suas UFs. Entre 1980-2000, o percentual da PD aumenta de 34% para 56% na RM de Fortaleza, de 47% para 55% na RM de Recife, e de 20% para 27% na RM de Salvador.

Em relação às taxas de crescimento da PEA no período 1980-2000, o contraste MetrÓpole *vs* Interior pode ser observado nos dados da Tabela 7. Tanto na década de 1980 como na de 1990, estas taxas foram maiores nas RMs do que no Interior, a exceção foi a RM Recife que apresentou taxa de crescimento inferior à do Interior nos anos 1990. De modo geral, o crescimento da PEA é marcado por elevadas taxas de crescimento da população desocupada das metrópoles nos dois períodos, enquanto que no Interior das UFs há um significativo aumento destas nos anos 1990.

No entanto, os dados de desemprego da PED (Seade/Dieese) mostram uma queda das taxas na RM Salvador e na RM Recife⁽³⁾ desde 2000. A taxa de desemprego total caiu de 27% em junho de 2000 para 20% em junho de 2007 na primeira e de 21,1% para 20,5% na segunda, durante o mesmo período. Apesar desta redução, bastante significativa no caso de Salvador, estas são as duas maiores taxas de desemprego das metrópoles cobertas pela pesquisa.

(2) Dados das Contas Nacionais do IBGE.

(3) A PED não é feita para a RM Fortaleza. Além das metrópoles de Salvador e Recife, a pesquisa é feita nas metrópoles de Porto Alegre, Belo Horizonte, São Paulo e RIDE Brasília.

Tabela 7
Taxa de crescimento da PEA, segundo RMs e UFs exceto RMs,
1991/80 e 2000/91

Regiões	Indicador	1991/80			2000/91		
		Total	Rural	Urbana	Total	Rural	Urbana
RM Salvador	PEA	4,52	1,69	4,60	4,52	-3,01	4,66
	PO	3,75	1,65	3,81	2,52	-6,19	2,68
	PD	15,91	2,20	16,41	14,59	14,70	14,59
BA exceto RM	PEA	2,47	0,20	5,44	2,98	0,50	5,00
	PO	2,16	0,04	5,01	1,80	-0,02	3,40
	PD	8,54	4,16	12,53	13,38	7,82	15,79
RM Recife	PEA	2,78	-2,92	3,23	2,52	0,55	3,89
	PO	2,06	-3,44	2,49	1,42	-7,95	1,77
	PD	13,52	4,74	14,23	12,25	3,44	12,55
PE exceto RM	PEA	1,48	-1,13	4,29	3,13	-6,24	3,47
	PO	1,19	-1,32	3,96	1,40	0,12	2,35
	PD	8,73	5,22	11,10	13,93	7,81	16,15
RM Fortaleza	PEA	4,23	-1,77	4,57	3,73	0,26	3,84
	PO	3,89	-1,88	4,22	2,28	-0,62	2,38
	PD	12,57	3,64	12,84	16,55	15,67	16,57
CE exceto RM	PEA	1,58	-0,63	4,77	2,68	0,84	4,38
	PO	1,49	-0,64	4,63	1,85	0,45	3,21
	PD	4,40	-0,15	8,33	15,85	11,29	17,78

Fonte: Censo/IPEAData.

A Tabela 8 mostra a evolução da participação relativa dos trabalhadores ocupados nos setores de atividade econômica nas RMs do Nordeste. Tendo em vista as suas características de aglomeração urbana “superior”, as atividades agrícolas agregam poucos trabalhadores nas metrópoles, tendo reduzido expressivamente entre 1982–2005.

A Indústria de Transformação perdeu participação em relação aos demais setores de atividade. Este movimento segue uma tendência mais geral das ocupações em áreas metropolitanas, as quais foram impactadas pelo fraco desempenho econômico nacional e suas repercussões sobre o emprego industrial metropolitano. Tendo em vista o modo pelo qual estas metrópoles se inserem na divisão regional do trabalho brasileira, principalmente como fornecedora de bens intermediários e de consumo não-duráveis, também é preciso observar de modo mais desagregado o desempenho dos segmentos que compõem a indústria regional. Como pode ser observado nos dados da Tabela 8, ao contrário das demais, a participação do setor industrial nas ocupações da RM Fortaleza aumenta entre 1995–2005, o que pode estar relacionado com a atração de investimentos dos setores de bens não-duráveis (têxtil e calçados) apoiados pelos elevados incentivos/benefícios fiscais e financeiros por parte do governo estadual.

A Construção Civil perdeu participação nas metrópoles de Recife e Fortaleza. Em Salvador, o mercado imobiliário tem mantido o emprego de um montante crescente de indivíduos, permanecendo a participação relativa no conjunto da população ocupada.

O conjunto dos setores do terciário aumentou sua participação no total das ocupações em cerca de 9 pontos percentuais em todas as RMs nordestinas nas últimas décadas. Em 2005, cerca de 80% da população ocupada prestavam serviços nas metrópoles de Salvador e de Recife e de 70% na de Fortaleza. Destaca-se o crescimento da população ocupada nos Serviços às Empresas no último decênio, o que pode ser visto como resultado da terceirização das atividades industriais.⁽⁴⁾ Porém, os serviços de Comércio e Reparação, cujo peso relativo foi ampliado principalmente na década de 1980, apresentaram os maiores percentuais de ocupados em todas as metrópoles.

Apesar de serem regiões que atraem grande quantidade de turistas, as atividades de Alimentação e Alojamento empregam relativamente baixo percentual (embora crescente) de ocupados nas metrópoles, aproximadamente 6% em 2005.

Em 1982, as atividades de Administração Pública e de Educação, Saúde e Sociais tinham pesos relativos semelhantes em todas as RMs, aproximadamente 9% em Salvador, 8% em Recife e 7% em Fortaleza. No entanto, em 2005 o comportamento divergiu: grande queda da participação na Administração Pública (5,2% na RMS, 6,4% na RMR e 4,2% na RMF) e acréscimo nos serviços de Educação, Saúde e Sociais (9,6% na RMS, 11,1% na RMR e 9,5% na RMF).

O percentual de serviços domésticos ampliou na RM Salvador e reduziu nas demais metrópoles. Entretanto, o peso relativo destes trabalhadores, entre 9% e 10%, é superior ao de outros segmentos do terciário, como alojamento e alimentação, transportes, comunicação e outros; e semelhante aos percentuais dos serviços de educação e saúde.

Por fim, a participação dos ocupados no setor Financeiro, que já era ínfima em 1982, regrediu ainda mais em 2005, próxima a 1% em todas as metrópoles. Importante frisar que a quantidade de ocupados nas atividades financeiras foi a única que diminuiu em termos absolutos no período analisado.

(4) Neste setor somente foram selecionados os serviços que atendem exclusivamente a empresas.

Tabela 8
População ocupada segundo setor de atividade, RMs do NE,
1982, 1995, 2005 (em %)

Setor*	RMSalvador			RMRecife			RMFortaleza		
	1982	1995	2005	1982	1995	2005	1982	1995	2005
1. Atividades Agrícolas	1,9	3,0	2,2	5,2	4,4	2,8	5,0	3,6	4,6
2. Indústria de Transformação	14,7	10,6	9,5	16,0	12,2	11,3	23,8	18,9	19,3
3. Outras Atividades Industriais	2,8	1,0	0,6	1,6	0,9	0,5	1,6	0,7	0,4
4. Construção Civil	10,4	8,4	9,6	8,5	6,8	6,4	10,0	8,2	6,7
5. Comércio e Reparação	18,2	22,1	21,1	21,6	24,7	23,6	18,1	22,5	22,5
6. Alojamento e Alimentação	4,4	6,5	6,7	2,8	5,3	5,4	3,3	5,5	5,7
7. Transporte, Armaz. e Comunic.	5,9	5,4	6,1	6,0	6,2	5,3	4,3	4,3	4,2
8. Administração Pública	9,4	6,2	5,2	7,4	6,9	6,4	6,9	5,3	4,2
9. Educação, Saúde e Sociais	9,0	10,8	9,6	8,2	8,9	11,1	7,3	9,8	9,5
10. Serviços Domésticos	8,8	10,1	10,5	10,0	9,7	8,9	9,7	10,5	9,2
11. Financeiro	3,2	1,9	1,1	2,7	1,5	1,0	2,3	1,4	1,2
12. Serviços às Empresas	3,6	6,1	8,3	3,5	4,8	7,4	2,3	4,0	5,7
13. Pessoais e Recreativos	5,0	4,9	5,1	4,0	4,3	5,1	3,6	3,3	3,5
14. Outros Serviços	2,8	3,0	4,3	2,4	3,3	4,8	1,8	1,9	3,4
Total Terciário (5 ao 14)	70,3	77,0	78,0	68,6	75,6	79,0	59,6	68,5	69,1
Total	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0

Fonte: PNAD, microdados, IBGE.

*Definição dos setores de atividades e compatibilização com as mudanças do IBGE realizados por *Falvo* (2005).

A distribuição das ocupações por setor de atividade econômica no Interior das UFs é muito distinta da verificada nas metrópoles. Em 2005, as atividades agrícolas representaram 50% dos ocupados, embora tenha caído gradativamente a participação nas últimas décadas, como observado na Tabela 9. Em sua maioria, a população mais pobre e empregada em ocupações informais de trabalhadores rurais depende do PSR — Programa de Assistência Social Rural e da Aposentadoria Rural (não exige contribuição previdenciária) para a sobrevivência. Em 2004, quase metade dos benefícios do PSR (47,2%) foi utilizada para reduzir a miséria de agricultores idosos no Nordeste.⁽⁵⁾

A Indústria de Transformação, assim como nas RMs, tem pouca capacidade de absorção de trabalhadores. O peso dos ocupados na indústria caiu acentuadamente de 1982 a

(5) Fonte: Dataprev — Empresa de Tecnologia e Informações da Previdência Social (<www.dataprev.gov.br> acesso em: 2.7.07). Sobre aposentaria rural no Nordeste, ver *Martins* (2004).

1995. Em 2005, este setor representou cerca de 6% dos ocupados no Interior da Bahia, 8% em Pernambuco e 13% no Ceará.

A Construção Civil emprega relativamente poucos trabalhadores no interior das UFs, entre 4% e 5% , e o peso ficou praticamente estável no último decênio.

Diferentemente das metrópoles, a Tabela 9 mostra que, no Interior das UFs da Bahia, de Pernambuco e do Ceará, o conjunto dos setores do terciário emprega muito menos, respectivamente 38%, 38% e 34% das ocupações em 2005, embora tenha ganhado importância nas últimas décadas. A atividade de serviços que se destaca é a de Comércio e Reparação, cuja proporção de ocupados cresceu moderadamente nas últimas décadas, alcançando percentuais próximos a 12% em 2005 em todas as regiões. Os serviços de Educação, Saúde e Sociais também cresceram, empregando em 2005 cerca de 6,7% na Bahia e 6% em Pernambuco e no Ceará. O aumento da importância dos serviços de comércio e sociais reflete, em boa parte, o maior escoamento de recursos para as regiões não-metropolitanas do Nordeste via transferência direta de renda (Bolsa Família e BPC — Benefício de Prestação Continuada) e ampliação das aposentarias e pensões.

Tabela 9
População ocupada segundo setor de atividade, nas UFs (exceto RM)
selecionadas do NE, 1982, 1995 e 2005 (em %)

Setor	Bahia exceto RM			Pernambuco exceto RM			Ceará exceto RM		
	1982	1995	2005	1982	1995	2005	1982	1995	2005
1. Atividades Agrícolas	62,0	56,2	49,6	52,8	49,5	49,2	57,8	57,7	49,0
2. Indústria de Transformação	6,6	5,6	6,3	12,7	9,3	8,0	16,7	9,0	12,8
3. Outras Ativ. Industriais	1,1	1,1	1,1	0,6	0,4	0,3	0,4	0,3	0,3
4. Construção Civil	5,3	4,7	4,8	5,3	4,2	4,4	5,2	3,5	4,0
5. Comércio e Reparação	9,3	11,0	11,7	12,4	14,6	13,0	6,7	10,0	12,2
6. Alojamento e Alimentação	1,4	2,4	3,0	1,2	2,8	2,1	1,7	1,6	2,2
7. Transp., Armaz. e Comunic.	2,0	2,0	3,1	2,8	3,0	3,2	1,4	1,4	2,2
8. Administração Pública	2,3	3,2	4,1	2,2	3,4	3,9	1,4	2,9	2,9
9. Educação, Saúde e Sociais	3,8	5,2	6,7	3,9	4,5	6,0	4,2	6,0	5,9
10. Serviços Domésticos	3,0	4,7	5,1	2,9	4,5	5,1	2,1	4,6	5,1
11. Financeiro	0,6	0,4	0,3	0,3	0,4	0,2	0,3	0,3	0,2
12. Serviços às Empresas	0,6	0,5	1,2	0,5	0,5	1,4	0,1	0,4	0,9
13. Pessoais e Recreativos	1,4	1,7	1,9	1,4	1,5	1,7	1,3	1,5	1,5
14. Outros Serviços	0,8	1,3	1,0	0,8	1,4	1,4	0,6	0,6	0,8
Total Terciário (5 ao 14)	25,2	32,4	38,1	28,4	36,6	38,0	19,8	29,3	33,9
Total	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0

Fonte: PNAD, microdados, IBGE.

O contraste entre o Interior e as Metr6poles no que se refere especificamente à distribuiç3o das ocupaç3es nas atividades do setor terci3rio, tamb3m reforça a primazia do metropolitano em relaça3o à rede urbana das tr3s UFs.

Na Tabela 10 pode-se observar a distribuiç3o dos ocupados segundo grupos de serviç3os, com base numa adaptaça3o da tipologia cl3ssica de *Browning e Singelman: Serviç3os Produtivos* (serviç3os financeiros, jur3dicos, de inform3tica, engenharia, auditoria, consultoria, propaganda e publicidade, seguro e corretagem, agr3colas, recrutamento e seleça3o de m3o-de-obra, limpeza e segurança etc.); *Serviç3os Distributivos* (comunicaça3o, transportes, com3rcio, reparaç3o, armazenagem e outros); *Serviç3os Pessoais* (dom3sticos, higiene pessoal, lazer e outros); *Serviç3os Sociais* (administraça3o p3blica, sa3de, educaça3o etc.).

O grupo mais representativo quanto ao n3mero de ocupados, tanto nas 3reas metropolitanas como no Interior, 3 o de serviç3os distributivos, devido ao peso dos ocupados nas atividades de com3rcio e de reparaç3o. O grupo de serviç3os sociais 3 o segundo maior empregador, formado majoritariamente por funcion3rios p3blicos. Os serviç3os pessoais t3m peso semelhante nos ocupados da RMR, da RMF e no Interior das UFs, cerca de 18%, e a metr3pole de Salvador tem percentual ligeiramente superior a 20%.

O grande diferencial entre as Metr3poles e o Interior das UFs ocorre no grupo de serviç3os produtivos, tendo em vista a exist3ncia de atividades produtivas mais complexas nas Metr3poles, onde se concentram os p3los industriais. A 3nica exceça3o, por3m, foi no Cear3, onde o percentual de ocupados neste grupo na RM Fortaleza n3o foi muito superior ao do Interior.

Tabela 10
Populaça3o ocupada segundo grupos de serviç3os, RMs e interior das UFs selecionadas do NE, 2005 (em %)

Grupos de serviç3os	Bahia		Pernambuco		Cear3	
	RMS	Interior	RMR	Interior	RMF	Interior
<i>Serviç3os distributivos</i>	43,0	44,7	43,7	48,3	46,7	45,2
<i>Serviç3os de com3rcio*</i>	26,8	29,4	30,0	34,2	32,4	33,3
<i>Serviç3os pessoais</i>	20,1	17,9	18,1	18,0	18,9	18,5
<i>Serviç3os dom3sticos*</i>	13,4	12,9	11,3	13,3	13,3	13,8
<i>Serviç3os produtivos</i>	16,7	8,9	14,0	6,8	13,8	11,2
<i>Serviç3os sociais</i>	20,2	28,5	24,2	26,8	20,6	25,1

Fonte: PNAD, microdados, IBGE. *Percentual em relaça3o ao total de ocupados nos serviç3os.

Na Tabela 11 tem-se a estrutura ocupacional dos trabalhadores dos setores de serviç3os em 2005. Utilizou-se a metodologia desenvolvida por *Quadros* para definir os grupos ocupacionais: os *empregadores* s3o aqueles que possuem subordinados; os *profissionais* t3m ocupaç3es/postos de trabalhos com *status* de classe m3dia, embora seus rendimentos tenham regredido gradativamente no 3ltimo dec3nio⁽⁶⁾ e os *trabalhadores* percebem, em sua maioria, as menores rendas do mercado de trabalho.

(6) Ver *Falvo* (2007); *Quadros* (2003).

A maioria dos ocupados em serviços é de profissionais assalariados, tanto nas Metrôpoles como no Interior das UFs. No entanto, os percentuais mais elevados foram observados nas RMs da Bahia e de Pernambuco.

No que se refere ao grupo dos trabalhadores, os assalariados também apresentam maior peso relativo, sendo ligeiramente superiores no Interior das UFs da Bahia e de Pernambuco. O grupo dos trabalhadores domésticos também se destaca tanto nas duas regiões, enquanto que o peso relativo dos autônomos é maior no Interior do que nas RMs. No grupo dos trabalhadores não remunerados, os maiores percentuais são observados no Interior, com destaque para o Interior do Ceará (6% dos ocupados no setor de serviços).

Não há distinção significativa da participação relativa dos empregadores no setor de serviços das Metrôpoles e no Interior das UFs, com percentuais muito baixos, inferiores a 4% em todas as regiões.

Tabela 11
Estrutura ocupacional da população ocupada em setores de serviços —
RMs e interior das UFs selecionadas do NE, 2005 (em %)

Estrutura ocupacional*	Regiões		Pernambuco		Ceará	
	Bahia RMS	Interior	RMR	Interior	RMF	Interior
Empregadores	3,9	3,1	4,0	3,6	3,6	3,7
Profissionais autônomos	6,4	6,8	8,8	8,1	10,8	9,1
Profissionais assalariados	38,2	32,9	39,5	30,0	35,5	27,7
Trabalhadores autônomos	14,3	15,8	13,2	16,8	11,3	14,9
Trabalhadores assalariados	20,7	21,0	20,3	22,6	21,4	18,7
Trabalhadores agrícolas	1,1	3,2	0,5	0,9	0,8	5,9
Trabalhadores domésticos	13,4	12,9	11,3	13,4	13,3	13,9
Trabalhadores não remunerados	1,9	4,3	2,3	4,6	3,3	6,0
Total	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0

Fonte: PNAD, microdados, IBGE.

* Utilizou-se a metodologia desenvolvida por Quadros (2003) para compor a estrutura ocupacional.

Em suma, de 1980 a 2000, as Metrôpoles nordestinas concentraram o PIB e a PEA dos respectivos Estados e atraíram trabalhadores da frágil rede de cidades que compõe o Interior dos Estados. Conseqüentemente, aumentou-se acentuadamente o montante de desempregados nestas RMs (revertendo esta tendência somente nos últimos anos) e ampliou a participação dos ocupados em atividades do setor terciário, com destaque para os empregos criados nas atividades de Comércio e Reparação e de Serviços Domésticos.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Neste trabalho buscou-se, de modo exploratório, chamar a atenção para a incorporação da dimensão urbano-regional para a análise das estruturas ocupacionais dos mercados de trabalho urbano. Tendo como base referências teóricas que consideram que a urbanização ocupa lugar tão importante quanto a mecanização do trabalho no capitalismo e que a

dimensão espacial é a “única variável” que possibilita ao trabalhador, individualmente, melhorar sua posição estratégica no mercado de trabalho, analisou-se de modo bastante simplificado a configuração da rede urbana comandada pelas principais metrópoles nordestinas.

Os dados populacionais segundo tamanho dos municípios mostraram uma frágil rede urbana caracterizada por elevados graus de primazia metropolitana, apesar do crescimento populacional significativo nas últimas décadas. Apesar da modernização de sua base produtiva a partir dos anos 1970, a base desta configuração ainda está assentada numa elevada concentração fundiária e na manutenção de condições de extrema pobreza nas zonas rurais. Portanto, nestas regiões não se constituem cidades de porte intermediário capazes de minimizar as pressões exercidas sobre a infra-estrutura urbana e o mercado de trabalho das Metrópoles.

Apesar da implantação de importantes setores industriais, principalmente nas RMs de Salvador e de Fortaleza, destacou-se o peso do conjunto dos setores de serviços que emprega cerca de 80% em Salvador e no Recife e de 70% em Fortaleza. Nas áreas não-metropolitanas, prevalecem as Atividades Agrícolas que abrangem cerca de metade dos ocupados.

A análise das ocupações por grupos de serviços mostrou a importância do grupo dos serviços distributivos que concentraram mais de 40% dos prestadores de serviços em 2005, em função, principalmente, do grande peso do Comércio e Reparação no mercado de trabalho da região. Quanto à estrutura ocupacional do setor de serviços, ainda no contraste Metrôpole *vs* Interior, observou-se que a principal diferença está no maior percentual relativo dos segmentos dos profissionais assalariados nas Metrópoles.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ARAÚJO, Tânia. Nordeste, Nordestes: que Nordeste? In: AFFONSO, Rui; SILVA, Pedro (orgs.). *Desigualdades regionais e desenvolvimento*. São Paulo: FUNDAP/Unesp, 1995.

_____. *Ensaio sobre o desenvolvimento brasileiro: heranças e urgências*. Rio de Janeiro: Revan, 2000.

BRANDÃO, Carlos. Espaço, escala e economia metropolitanas: em busca de referenciais teóricos e analíticos In: IX *Seminário internacional de la red iberoamericana de investigadores sobre globalización y territorio*, Bahia Blanca, 16 a 19 de mayo de 2006.

BROWNING, Harley L.; SINGELMAN, Joachim. The emergence of a service society: demographic and socio-logical aspects of the sectorial transformation of the labor force in the USA. Springfield, Va: *National Technical Information Service*, 1975.

EGLER, Cláudio. Redes de cidades e sistemas urbanos. In: *Estudo da dimensão territorial do PPA*. Brasília: CGEE, 2007 (mimeo).

FALVO, Josiane. A dimensão sócio-ocupacional do mercado de trabalho no Nordeste. In: JÚNIOR, Macambira; SANTOS, Sandra (orgs.). *Brasil e Nordeste: ocupação, desemprego de desigualdades*. Fortaleza: IDT, Banco do Nordeste do Brasil, 2007.

_____. A evolução da estrutura sócio-ocupacional e setorial das regiões metropolitanas de Salvador, Recife, Fortaleza e Belém entre 1981 e 2003. In: DIEESE/CESIT/CNPQ. *Mercado de trabalho e modernização do setor terciário no Brasil*. São Paulo, 2005.

- FARIA, Vilmar. Divisão do trabalho, especialização e crescimento urbano: o caso da macrometrópole paulista. In: II Encontro Nacional de Estudos Populacionais. *Anais do II Encontro Nacional de Estudos Populacionais*, Águas de São Pedro, 1980.
- GUIMARÃES NETO, Leonardo (org.). *O setor terciário de Pernambuco: um estudo exploratório*. Recife: Governo do Estado de Pernambuco, 2002.
- _____. Desigualdades regionais e federalismo. In: AFFONSO, R.; SILVA, P. (org.). *Desigualdades regionais e desenvolvimento*. São Paulo: FUNDAP/Unesp, 1995.
- IPEA/IBGE/NESUR-UNICAMP. Redes urbanas regionais: Norte, Nordeste e Centro-Oeste. *Caracterização e tendências da rede urbana no Brasil 4*. Brasília: IPEA, 2001.
- LOJKINE, Jean. *O Estado capitalista e a questão urbana*. São Paulo: Martins Fontes, 1981.
- OFFE, Claus. *O capitalismo desorganizado: transformações contemporâneas do trabalho e da política*. São Paulo: Brasiliense, 1985.
- MARTINS, André. *Estado e força de trabalho no Nordeste: ocupação no setor público e aposentadorias rurais na década de 1990*. Campinas: IE/UNICAMP, 2004 (Tese de doutorado).
- SIQUEIRA, Hipólita. *A divisão inter-regional do trabalho brasileira nos anos 90*. Campinas: IE/UNICAMP, 2003 (Dissertação de mestrado).
- PRONI, Marcelo Weishaupt; HENRIQUE, Wilnês (org.). *Trabalho, mercado e sociedade: o Brasil nos anos 90*. São Paulo: Unesp, 2003.
- QUADROS, Waldir. *Aspectos da crise social brasileira nos anos 80 e 90*. Campinas: IE/UNICAMP, 2003 (Tese de livre-docência).
- SANTOS, Milton. A metrópole: modernização, involução e segmentação. In: VALLADARES, Lícia; PRETECEILLE, Edmond. *Reestruturação urbana*. São Paulo: Nobel, 1990.
- _____. *A urbanização brasileira*. São Paulo: Hucitec, 1993.
- SANTOS, Valdecil. *A indústria incentivada no Nordeste: as experiências das RMs de Salvador, Recife e Fortaleza*. Recife: UFPE, 1994 (Dissertação de mestrado).
- SCOTT, Allen John. A economia metropolitana. In: BENKO, George; LIPIETZ, Alain (org.). *As regiões que ganham*. Oeiras: Celta, 1994.
- _____. *Metropolis: from the division of labor to urban form*. Los Angeles: University of California, 1988.